

EPISTEMOLOGIA DA PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

Karla do Rosário; Hieda Maria Pagliosa Corona

Graduanda em Administração na UTFPR, campus Pato Branco; Professora da UTFPR campus Pato Branco.

Resumo - Nesse trabalho procura-se trazer algumas posições de ciência e conhecimento concernentes às principais metodologias científicas que permeiam as pesquisas em Administração, apontadas pelos estudos de Martins (1994), quais sejam: o positivismo, a fenomenologia e o materialismo histórico-dialético, bem como algumas das principais vertentes inerentes à cada metodologia. Não se pretende privilegiar uma delas, mas apresentar considerações que possam contribuir para discussões sobre alternativas metodológicas na condução de pesquisas, bem como no ensino em Administração.

Palavras-Chave: epistemologia, metodologia, Administração.

Abstract- In this study we aimed to bring some positions of science and knowledge pertaining to key scientific methodologies that permeate the research directors, appointed by the studies of Martins (1994), which are: positivism, phenomenology and historical materialism and dialectical, as well as some of the main aspects inherent in each methodology. Do not want to privilege one of them, but present considerations that can contribute to discussions on methodological alternatives for conducting research and teaching in management.

Keyword: epistemology, methodology, management.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar um quadro analítico em forma de texto no qual serão abordadas as principais vertentes metodológicas da pesquisa e ensino em Administração, destacando os objetivos, concepções de método, procedimentos, dentre outros aspectos. Para isso foram utilizados textos específicos relacionados a cada uma das principais abordagens apontadas por Martins (1994) e Gamboa (1987): as convencionais, que têm suas bases o positivismo, e as não-convencionais, que se apóiam na fenomenologia e no materialismo histórico.

De maneira simplificada, destaca o Martins (1994), as pesquisas convencionais, podem ser entendidas como os estudos que se fundamentam em dados empíricos processados quantitativamente, coletados e trabalhados com "objetividade" e "neutralidade", e, a partir de um referencial em que o pesquisador, geralmente, levanta hipóteses e, posteriormente, procede a análise a partir de dados empíricos coletados objetivamente.

Já as metodologias alternativas aparecem no campo da Administração, a partir dos últimos 30 anos, como uma forma de se buscar novos caminhos diante de uma realidade cada vez mais complexa e dinâmica. Surgem devido ao esgotamento das metodologias convencionais e pelo processo de democratização social

experimentada pela sociedade brasileira, a partir dos anos 1970, que abrem as possibilidades para a reflexão de cunho mais crítico. Tais proposições partem da realidade social na sua complexidade, na sua totalidade quantitativa e qualitativa, na sua marcha histórica humana, também dotada de horizontes subjetivos, para depois construir métodos adequados para captá-la e transformá-la (DEMO apud MARTINS, 1994).

Nesse sentido, o texto está organizado de modo a apresentar as concepções de ciência no âmbito das três abordagens aqui propostas e qual o tratamento das categorias analíticas no contexto de cada uma das vertentes apresentadas.

2. ABORDAGENS CONVENCIONAIS

2.1 O Positivismo, o empirismo e o funcionalismo

A Revolução Industrial trouxe revoluções profundas na organização da sociedade e conseqüentemente na forma de pensar. O fim do estado monárquico e sua pressuposta "harmonia social" é sucedido pela luta declarada de classes, chave do desenvolvimento econômico capitalista. Nesse novo cenário efervescente, surge a necessidade de um "conhecimento positivo" que possibilite a reorganização da sociedade. Assim a "aplicação técnica de leis científicas que regem a sociedade

humana” fundamenta-se como única perspectiva viável para a resolução dos problemas sociais (CASTRO E DIAS, 1992), possibilitando o progressivo desenvolvimento das sociedades, porém, mantendo a “natural” harmonia social, para garantir o bem-estar de todos.

Com suas raízes no empirismo inglês, que surgiu a partir da publicação do *Novum Organum* de Francis Bacon (1620) – método este que, segundo Martins (1994), sofreu críticas e enriquecimentos ao longo dos tempos – surge, a partir da segunda metade do século XIX, com Auguste Comte, o Positivismo. Comte considera este método como determinante e definitivo para a humanidade: “A explicação dos fatos resume-se de agora em diante na ligação estabelecida entre os diversos fenômenos particulares e alguns fatos gerais...” (COMTE, 1978, p. 4). Para os positivistas apenas os fatos são objeto da ciência. Os valores, como por exemplo, as expressões culturais, não são considerados como conhecimentos válidos cientificamente, devendo assim, ficar fora do interesse do investigador.

Distingue-se, de acordo com Triviños (1987), no pensamento de Comte, a preocupação com uma filosofia da história (com as fases da evolução do pensamento humano: teológico, metafísico e positivo), também com uma fundamentação e classificação das ciências (Matemática, Astronomia, Física, Química, Fisiologia e Sociologia) e com a elaboração de uma disciplina para estudar os fatos sociais (Física Social). Ainda, segundo o autor, Comte cria que uma pregação moral abrandaria os capitalistas que “assim seriam mais humanos com os proletários e as mulheres, eliminando os conflitos de classes, mantendo, porém, a propriedade privada” (TRIVIÑOS, 1987, p. 33).

O positivismo, enquanto proposição teórico-metodológica baseia-se em três principais idéias segundo Bock (1999): i) os fenômenos humanos e sociais são regulados por leis naturais, invariáveis e independentes da vontade e ação humanas; ii) para estudar o homem e a sociedade deve-se usar métodos e procedimentos utilizados para conhecer a natureza (naturalismo positivista); iii) como nas ciências naturais, as ciências humanas e sociais devem funcionar segundo o modelo da objetividade científica.

Por sua vez, Borges e Dalberio (2007) também destacam três pontos principais para a base teórica do positivismo: i) O conhecimento do mundo material provém, em sua totalidade, de fatos da experiência, e é apenas a eles que o pesquisador deve se ater; ii) As idéias devem se pautar dentro de um campo puramente formal: o da lógica pura e o da matemática; e iii) todo conhecimento dito ‘transcendente’ – a metafísica, a teologia e a especulação acrítica – que se situe além de qualquer possibilidade de verificação prática, deverá ser descartado.

Conservando os traços fundamentais do pensamento de Comte: os de serem idealistas e subjetivos, Triviños (1987), expõe três momentos

básicos da evolução do positivismo: i) iniciando pelo positivismo clássico; ii) passando pelo empiricismismo (em fins do século XIX e início do século XX) e iii) mais tarde, o neopositivismo, que compreende uma série de matizes – como o positivismo e empirismo lógico (Círculo de Viena), atomismo lógico, a filosofia analítica, o behaviorismo e o neobehaviorismo, o pragmatismo e o instrumentalismo (que influenciou o desenvolvimento dos princípios da democracia liberal e do individualismo). Ainda, segundo o autor, é importante destacar que “a filosofia positivista se colocou no extremo oposto da especulação pura, exaltando, sobretudo, os fatos” (TRIVIÑOS, 1987, P. 34), dessa forma trouxe avanços meritórios para o desenvolvimento do conhecimento, especialmente na lógica formal e na metodologia da ciência.

Ao apontar as idéias básicas do positivismo, podemos destacar, segundo Triviños (1987) dentro do positivismo clássico de Comte: i) o cepticismo frente à possibilidade do conhecimento humano, renunciando a busca pela origem e destino do universo e suas causas íntimas, outrossim buscando, graças ao raciocínio e à observação, suas leis efetivas, assim os fenômenos são explicados pelas relações dos mesmos e a exaltação da observação dos fatos; ii) a função essencial da ciência como sendo sua capacidade de prever e iii) o exercício da funções intelectuais exige uma combinação de estabilidade e atividade (necessidade de ordem e progresso). Fazendo menção aos traços que singularizam o neopositivismo e o positivismo lógico, o mesmo autor coloca como idéias básicas: i) a não aceitação de outra realidade que não sejam os fatos, e fatos passíveis de observação – assim, por exemplo, considerava-se que os estados mentais, de qualquer natureza e complexidade, se manifestavam através do comportamento e este podia ser observado; ii) as causas dos fenômenos não eram tarefa da ciência, pois “buscar as causas dos fatos, sejam elas primeiras ou finais, era crer demasiado na capacidade de conhecer do ser humano” (TRIVIÑOS, 1987, p. 36), era necessário sim descobrir as relações entre as coisas, através de instrumentos, estratégias, alcançando a objetividade científica, principalmente com a ajuda da estatística; iii) a neutralidade da ciência, não interessando ao investigador as conseqüências de seus achados, mas tão somente o estudo dos fatos e as relações entre eles; iv) a rejeição de toda a especulação metafísica, limitando-se aos fatos imediatos da experiência; v) a formulação do princípio da verificação, onde será verdadeiro aquilo que for empiricamente verificável, ou seja, toda a afirmação deve ser confrontada com o dado; vi) a idéia de unidade metodológica para o estudo dos dados naturais e dos dados sociais, sendo ambos regidos por leis invariáveis; vii) busca por resultados, na pesquisa social, que pudessem ser generalizados, utilizando-se de técnicas de amostragem, tratamentos estatísticos e estudos experimentais severamente controlados; viii)

distinção muito clara entre valor e fato: os fatos eram o verdadeiro objeto da ciência, os valores como apenas expressões culturais, não interessavam ao pesquisador e jamais poderiam constituir-se em conhecimento científico; ix) apenas dois tipos de conhecimento eram considerados legítimos: o empírico (representados pelos conhecimentos das ciências naturais) e o lógico (constituídos pela matemática e pela lógica).

A ciência positivista espalha-se por todo o mundo com grande intensidade influenciando notadamente o desenvolvimento da filosofia analítica em meados do século XX (BORGES E DALBERIO, 2007). A partir de então ganha impulso e sucesso: é dado mais valor às ciências naturais como a Biologia e a Física do que à filosofia e à teologia, assim como a qualquer interpretação metafísica da realidade ou da experiência. Conforme Demo (1987), trata-se de uma metodologia relacionada a uma reprodução do modelo das ciências exatas e naturais, supondo-se, nesse sentido, uma suficiente adequação.

Ocorre, dessa forma, o afastamento entre Filosofia e Ciência, o que resulta na redução progressiva da Teoria do Conhecimento à Teoria da Ciência. Assim, a Filosofia distancia-se da ciência e a teoria do conhecimento vai se reduzindo à teoria da ciência, na medida em que o empirismo e o positivismo se definem como métodos científicos e como posturas filosóficas (GAMBOA, 1987).

Abaixo apresenta-se um quadro resumo, com algumas importantes categorias analíticas, apontadas por Gamboa (1987), e suas respectivas características constitutivas dentro da abordagem positivista-funcionalista.

Categorias Analíticas	Positivismo / Funcionalismo
Crítérios de Cientificidade	<ul style="list-style-type: none"> classificações quantitativas, com padronização de indicadores, variáveis e procedimentos, com tratamento estatístico dos dados; parâmetros de análise: processos classificatórios, diagnósticos de fenômenos com descrições sistemáticas e análise dos dados; causalidade: relação direta causa-efeito, estímulo-resposta; relação lógica (formal) entre fatos e generalizações, dados e conteúdos, teoria e prática; busca padronizar resultados, propor, testar e verificar hipóteses e, a partir da afirmação destas, prever novos fatos, fenômenos ou resultados.
Relação Sujeito-objeto	<ul style="list-style-type: none"> o sujeito (pesquisador) distancia-se do objeto para preservar a objetividade; usa instrumentos testados ou aprovados para garantir neutralidade e distância entre o pesquisador e o objeto; o objeto é reduzido aos dados coletados através de questionários ou testes e é classificado por variáveis previamente definidas, medidas e registradas em situações experimentais ou na observação sistemática.
Concepção de História	<ul style="list-style-type: none"> evolução psico-biológica do sujeito ou cronologia etária do indivíduo; momentos conjuntivos na ocasião da coleta de dados ou medida das variáveis; explicação de um determinado momento pela sequência temporal (causalidade histórica); cronologia de fatos – sequência linear de fatos na evolução de um fenômeno; reconstrução do desenvolvimento (do passado ao futuro – projeção) de uma organização.
Concepção de homem	<ul style="list-style-type: none"> "indivíduo" como portador de variáveis suscetíveis de serem medidas e quantificadas; sujeito de experimento, de processos, identificado pelos dados racionais e variáveis, passíveis de serem representadas em um perfil ou esquema; sujeito de processos de socialização, sujeito cognoscente que adquire hábitos e toma atitudes, indivíduo que evolui e é capaz de aprender e conhecer, com responsabilidades sociais para as quais deve desempenhar a competência profissional e técnica.
Concepção de realidade	<ul style="list-style-type: none"> cenário, ambiente externo, condições externas ao indivíduo ou fatores sociais e ambientais (variáveis de contexto) que influenciam no seu comportamento; "realidade comportamental" ou conjunto de manifestações de um indivíduo; contexto, meio ambiente, condições externas, cenário geográfico, histórico e cultural das atividades do homem, como condições específicas que situam uma problemática ou envolvem uma prática, ou como natureza ambiental.

Fonte: Adaptado de Gamboa (1987).

As pesquisas consideradas empiristas, as quais basearam o positivismo (MARTINS 1994), são orientadas por delineamentos experimentais ou quase-experimentais com uso de pré-teste e pós-teste da amostra. Utilizam-se testes estatísticos de médias e análise de variância para verificar hipóteses estatísticas, que geralmente coincidem com as hipóteses da própria pesquisa. A validação dos resultados se dá pelo nível de significância dos

testes estatísticos e pelas condições do experimento. A causalidade é concebida como uma relação direta de causa-efeito ou estímulo-resposta. Buscam adaptação do método de investigação das ciências naturais, como a Física, a Química e a Biologia às Ciências Sociais. As etapas principais desse método são, segundo Martins (1994): i) Observação (meticulosa); ii) Generalização (indutiva) – formação de leis; iii) Confirmação das leis. De acordo com os estudos de Martins (1996) as pesquisas positivistas são encontradas em todas as áreas da Administração, todavia, é no Marketing que elas são mais frequentes.

As pesquisas funcionalistas têm suas bases no positivismo, e suas raízes estão na Psicologia e na Antropologia. Segundo Martins (1996), se apóiam em esquemas básicos do funcionalismo de alguns processos de socialização, realizando, assim, um dos pressupostos fundamentais de sua metodologia, que é definida como funcionalismo estrutural, ou seja, admitem que os fenômenos acontecem dentro de formas invariantes, devido à estrutura básica geral e comum. Enfatizam as relações e o ajustamento entre os diversos componentes de uma cultura ou sociedade. São apoiadas por técnicas descritivas. Utilizam-se das distribuições de frequências da estatística. Ainda, segundo estudos do autor, pesquisas funcionalistas aparecem mais nas investigações que envolvem análises e avaliações de "papéis" (funções), funcionamento de Organizações, avaliação, planejamento, coordenação, expectativas, etc.

De maneira geral os pesquisadores que se utilizam das abordagens convencionais evitam a discussão, o confronto, o debate ou questionamento. Segundo Martins (1996) amparados na neutralidade do método científico, e na imparcialidade do pesquisador, apenas sugerem "como deveria ser", propondo apenas reformas incrementais e pontuais a partir da comparação entre o real observado e os preceitos teóricos.

Campos apud Serva et. al. (2010), destaca três limitações que o paradigma positivista/funcionalista promoveu no desenvolvimento das teorias da administração: o reducionismo, a incompetência para lidar com contradições e a não apreciação da subjetividade, da capacidade do ser humano em interpretar a realidade. Dessa forma a racionalidade instrumental é tomada como lógica da vida, o comportamento organizacional como ação humana, o lucro como rentabilidade, a eficiência como relevância organizacional, o emprego como trabalho.

3. ABORDAGENS NÃO-CONVENCIONAIS

3.1 A fenomenologia

Compreende-se como fenomenologia, o estudo dos fenômenos em si mesmos, independente das condições exteriores a eles, cuja finalidade é apreender sua essência que é a estrutura de sua

significação. Edmund Husserl, nas primeiras décadas do século XX, faz da fenomenologia uma meditação sobre o conhecimento, considerando que tudo que é dado à consciência, é o fenômeno. Conforme Triviños (1987), para Husserl, a consciência é intencional e não está fechada em si mesma, mas define-se como certa maneira de perceber o mundo e seus objetos. A intencionalidade – intencionalidade da consciência que sempre está dirigida a um objeto – é a idéia básica e fundamental da fenomenologia, reconhecendo-se o princípio de que não existe objeto sem sujeito. O autor coloca ainda que a fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, tornam a definir essências: a essência da percepção e da consciência, por exemplo. Dessa forma a relação sujeito-objeto é mediado pela percepção, sendo a percepção um fenômeno psicológico cognitivo. Destaca-se que, assim como no positivismo, há na fenomenologia, correntes de pensamento com peculiaridades específicas.

Segundo Merleau-Ponty (1999) na fenomenologia, tudo o que se sabe do mundo, mesmo dentro da ciência, se conhece a partir da visão pessoal ou de uma experiência com o mundo, sem a qual os símbolos da ciência nada significariam. Dessa forma, toda a verdade científica é construída sobre o mundo vivido, e para se fazer ciência com sentido e com rigor, deve-se considerar a experiência do mundo, da qual ela é expressão.

Para Santana (2008) o objetivo central da fenomenologia é a compreensão do fenômeno, mas apenas para dizer como funciona, e não para explicar seus motivos últimos e políticos. O alvo, portanto, é compreender o mundo do fenômeno por inteiro, ou seja, como ele aparece para o pesquisador nas suas múltiplas formas. A ciência, para a fenomenologia, é um processo de pesquisa que se inicia com uma interrogação e tem uma metodologia específica para ser investigado.

O método fenomenológico, de forma essencial, precisa partir de uma atitude de abertura e ser destituído de preconceitos ou pré-definições, pois é uma abertura do ser humano que deseja entender determinado fenômeno. Aprender a interpretar o fenômeno vivido, e não apenas fazer uma descrição passiva, faz parte da metodologia fenomenológica. Ao apresentar o aspecto interpretativo do método da fenomenologia, Masini (2000, p. 63) afirma:

A Pesquisa Fenomenológica, portanto, parte da compreensão de nosso viver – não de definições e conceitos – da compreensão que orienta a atenção para aquilo que se vai investigar. Ao percebermos novas características do fenômeno, ou ao encontrarmos no outro interpretações, ou compreensões diferentes surge para nós uma nova interpretação que levará a outra compreensão.

Husserl admite a possibilidade da metafísica (TRIVIÑOS 1987) – diferentemente do ocorre com os positivistas – através do problema da

“questionabilidade do conhecimento”, ou seja, de como o conhecimento pode estar certo de atingir as coisas que existem em si. Admite que o conhecimento precisa ter um método: o da fenomenologia, que é a doutrina universal das essências, integrando a ciência da essência e do conhecimento.

Abaixo apresenta-se um quadro resumo, com algumas importantes categorias analíticas, apontadas por Gamboa (1987), e suas respectivas características constitutivas dentro da abordagem fenomenológica.

Categorias Analíticas	Fenomenologia
Critérios de Cientificidade	<ul style="list-style-type: none"> causalidade como relação do objeto com o contexto, do fenômeno com a essência; contexto como totalidade que explica os fenômenos ou as ações (o texto se explica pelo contexto); método fenomenológico- hermenêutico: reflexão criativa do pesquisador a partir dos dados empíricos; dialógica entre observação-reflexão e a situação estudada; lógica da interpretação: descobrir o significado, desvendar as mensagens ocultas (o essencial) no aparente. sistematizar metodologicamente uma experiência: focalizar, analisar, concretizar os problemas fundamentais dessa experiência.
Relação sujeito-objeto	<ul style="list-style-type: none"> o sujeito que interpreta os fenômenos e conduz o processo do conhecimento; parte das representações da experiência fenomenológica captada através de dados, depoimentos, discursos, textos, etc., buscando superar o nível das aparências; para isso ele interpreta e reflete para desvendar a ordem intrínseca dos fenômenos e o significado oculto dos fatos, os pressupostos das coisas, o raio terreno dos discursos, ou as essências dos fenômenos.
Concepção de história	<ul style="list-style-type: none"> horizonte ou contexto determinado que explica as mudanças de um fenômeno, podendo desvendar seus significados e sua situação presente; marco de referência e contexto de análise de um determinado período de tempo - sincronia; momento específico e significativo de um processo; relacionada com as variações, fases, momentos ou épocas de um fenômeno (tema, teoria ou obra) visando encontrar o permanente, o invariante e a unicidade. as vezes reduzida: à cronologia - surgimento e desenvolvimento do fenômeno; à sequência temporal de registros; ao momento da aplicação de uma prova ou teste; à lista cronológica de fatos do fenômeno.
Concepção de homem	<ul style="list-style-type: none"> homem dotado de consciência e liberdade que age no, com e sobre o mundo; sujeito transformador de seu mundo, em contínua interação com o meio sócio-cultural, com consciência ou polo de relação com o mundo exterior; na relação com o mundo, o homem assume-se a si mesmo e a fazê-lo assume sua situação: se controla e controla o mundo, é transformador da realidade e se humaniza no processo dialógico de humanização do mundo. intersubjetividade: pessoa com uma história de vida que interage e participa de sua comunidade/cultura, que precisa desenvolver atitudes de dialogicidade e solidariedade na interação com os outros.
Concepção de realidade	<ul style="list-style-type: none"> totalidade objetiva, contexto e universo de significados – contexto existencial do sujeito. tida como objeto exterior do conhecimento humano, polo oposto da consciência interior. cenário de acontecimentos, contexto de explicação, de significados, de objetividade, de sentidos, horizonte global, espaço para o relacionamento interpessoal, etc. mundo se manifesta e se oculta, é revelado pelo discurso ideologizado e pela retórica e é descoberto pelo discurso verdadeiro e competente. mundo como horizonte da compreensão pois o exterior objetivo é vivido pelo sujeito numa relação onde se dá a ligação fundamental objetivo-subjetivo, mundo-homem.

Fonte: Adaptado de GAMBOA (1987).

As abordagens fenomenológicas normalmente constituem estudos teóricos, bibliográficos que buscam a compreensão-explicação dos fenômenos, inclusive nas pesquisas em administração (MARTINS 1996). O método de pensamento da fenomenologia busca através do dado da experiência chegar a um nível puro do fenômeno, encontrando-se as essências. “Ir às coisas mesmas” segundo Husserl, não consiste em deter-se na experimentação sensível, atitude que tem sua causa em um prejuízo naturalista que postula como única experiência possível a experiência sensível (VERA apud MARTINS, 1996).

A concepção de causalidade é entendida prioritariamente como relação do objeto com o contexto, ou seja, relação do fenômeno-essência. A relação objeto-contexto se expressa na forma de uma totalidade maior, que explica os fenômenos ou ações, ou seja, a causa do fenômeno é determinada tendo seu fundamento baseado em uma estrutura ampla, envolvendo aspectos sócio-econômicos, políticos, culturais, conjunturais. Os critérios de cientificidade se fundamentam principalmente na reflexão do autor nos momentos dialógicos entre a observação-reflexão da situação estudada, e na lógica do círculo hermenêutico da compreensão- interpretação para descobrir o significado das mensagens ocultas (o essencial) no aparente

(MASINI, 2000).

Ainda, segundo Masini (2000), o método fenomenológico revela o fenômeno, pondo-o a descoberto. Trata-se de desvendar o fenômeno para além da aparência, pois este não é evidente de imediato, sendo necessário revelá-lo. Porém, tal método não se limita à enumeração dos fenômenos, ou à medição, como no positivismo, mas busca a interpretação para decifrar os sentidos menos aparentes. Dessa forma, o enfoque da fenomenologia pede reflexão exaustiva, constante e contínua sobre a importância, validade e finalidade dos processos adotados.

Críticos da fenomenologia, conforme expõe Triviños (1987), afirmam que ela apresenta uma visão a-histórica da realidade, sendo conservadora, assim como o positivismo, e que o fenomenólogo estuda a realidade com o intuito de descrevê-la, de apresentá-la como ela é, de fato, em sua experiência pura, sem intenção de nela realizar transformações substanciais. O autor destaca ainda que “a fenomenologia procurou, em todas as suas fases, estabelecer um conhecimento intersubjetivo, isto é, verdadeiramente objetivo, de validade geral para todos”. Além disso, segundo o autor, Husserl afirma que através da redução fenomenológica, pode-se ter como dado a essência do fenômeno, que, segundo ele, se determinam por sua universalidade, significando que a fenomenologia estuda o universal, o que é válido para todos os sujeitos.

Sobretudo, se pode afirmar que a fenomenologia representa uma tendência filosófica que eleva a importância do sujeito no processo de construção do conhecimento, esclarecendo elementos culturais – os valores que explicitam o mundo vivido pelos sujeitos – e, se o conhecer está sujeito ao mundo cultural do sujeito (TRIVINOS, 1987), admite-se a subjetividade no processo de conhecimento, o que, de forma alguma, pode se admitir pelos princípios do positivismo. Porém, a corrente fenomenológica, assim como no positivismo, em nenhum momento está interessada na historicidade dos fenômenos. Assim estuda-se a realidade pretendendo descrevê-la, apresentá-la, tal como ela é, em sua experiência pura, sem o propósito de transformá-la.

3.2 O materialismo histórico e dialético

O método materialista histórico-dialético, apresenta-se como possibilidade teórica (instrumento lógico) de interpretação da realidade. Caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é: pelo movimento do pensamento se chega às leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens em sociedade através da história (PIRES, 1997). Dessa forma, consiste em um instrumento de reflexão teórico-prática, através do qual a realidade aparente possa ser superada, buscando-se a realidade concreta, pensada, compreendida em seus mais diversos e contraditórios aspectos.

Borges e Dalberio (2007) expõem que o materialismo histórico-dialético, com base na teoria de Karl Marx, dedica-se ao estudo da evolução histórica das sociedades humanas, através das quais o modo de produção dos bens materiais condiciona a vida social, política e intelectual que, por sua vez, interagem com a base material. Marx e Engels colocam que a história de todas as sociedades do passado é a história da luta de classes. Dessa forma, no decorrer do processo da história, as relações econômicas foram evoluindo conforme uma contínua luta dialética entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores espoliados e explorados.

Em essência o materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo. Estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. Denotou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiavam predominantemente, em concepções idealistas da sociedade humana (TRIVIÑOS, 1987). Assim, segundo o autor, o pesquisador que adere à matriz epistêmica do materialismo histórico dialético, deve ter presente em sua estrutura de pensamento – visão de mundo – uma concepção dialética da realidade natural, social e do pensamento, a materialidade dos fenômenos e que estes são possíveis de conhecer. Precisa estar convencido de que existe uma realidade objetiva fora da consciência e que esta consciência é um produto resultado da evolução do material, significando que para o marxismo a matéria é o princípio primeiro e a consciência é o aspecto derivado.

Dessa forma, as pesquisas orientadas pelo método dialético, revelam a historicidade do fenômeno. Suas relações em nível mais amplo colocam o problema investigado dentro de um contexto complexo, e, ao mesmo tempo, estabelece e aponta as contradições possíveis dentre os fenômenos investigados. Utilizam-se técnicas bibliográficas e históricas com pesquisas de textos, documentos, registros e dados empíricos, e análise do discurso. Enquanto as categorias básicas da concepção positivista se fundam na linearidade, harmonia, fatos, a-historicidade, a concepção materialista histórica - fonte dos estudos críticos-dialéticos - se apóia nas categorias de totalidade, contradição, mediação, ideologia, práxis (THIOLLENT apud MARTINS, 1996).

A causalidade é entendida como a inter-relação entre o todo e as partes, entre o texto e o contexto, o fragmento e o conjunto, sendo o todo sempre maior que a soma das partes. A explicação dos fenômenos está em seus contextos. A causalidade refere-se ainda à seqüência histórica dos acontecimentos. A explicação de um fenômeno está nas condições específicas da luta de contrários (TRIVIÑOS, 1987).

A validação da prova científica fundamenta-se na

lógica interna do processo de análise e síntese, no referencial teórico que permite explicar a relação do todo com as partes e a recuperação da totalidade no processo de investigação, e também no método dialético que aborda o fenômeno em suas contradições numa perspectiva histórica e dinâmica (GAMBOA, 1987). Nesse aspecto, complementa Pires (1997, p. 86):

O princípio da contradição, presente nesta lógica, indica que para pensar a realidade é possível aceitar a contradição, caminhar por ela e apreender o que dela é essencial. Neste caminho lógico, movimentar o pensamento significa refletir sobre a realidade partindo do empírico (a realidade dada, o real aparente, o objeto assim como ele se apresenta à primeira vista) e, por meio de abstrações (elaborações do pensamento, reflexões, teoria), chegar ao concreto: compreensão mais elaborada do que há de essencial no objeto, objeto síntese de múltiplas determinações, concreto pensado. Assim, a diferença entre o empírico (real aparente) e o concreto (real pensado) são as abstrações (reflexões) do pensamento que tornam mais completa a realidade observada. Aqui, percebe-se que a lógica dialética do Método [materialista histórico-dialético] não descarta a lógica formal, mas lança mão dela como instrumento de construção e reflexão para a elaboração do pensamento pleno, concreto. Desta forma, a lógica formal é um momento da lógica dialética; o importante é usá-la sem esgotar nela e por ela a interpretação da realidade.

O princípio da contradição, presente nesta lógica, indica que para pensar a realidade é possível aceitar a contradição, caminhar por ela e apreender o que dela é essencial. Neste caminho lógico, movimentar o pensamento significa refletir sobre a realidade partindo do empírico (a realidade dada, o real aparente, o objeto assim como ele se apresenta à primeira vista) e, por meio de abstrações (elaborações do pensamento, reflexões, teoria), chegar ao concreto: compreensão mais elaborada do que há de essencial no objeto, objeto síntese de múltiplas determinações, concreto pensado. Assim, a diferença entre o empírico (real aparente) e o concreto (real pensado) são as abstrações (reflexões) do pensamento que tornam mais completa a realidade observada. Aqui, percebe-se que a lógica dialética do Método [materialista histórico-dialético] não descarta a lógica formal, mas lança mão dela como instrumento de construção e reflexão para a elaboração do pensamento pleno, concreto. Desta forma, a lógica formal é um momento da lógica dialética; o importante é usá-la sem esgotar nela e por ela a interpretação da realidade.

Abaixo apresenta-se um quadro resumo, com algumas importantes categorias analíticas, apontadas por Gamboa (1987), e suas respectivas características constitutivas dentro da abordagem materialista-dialética.

Segundo Martins (1996), autores de pesquisas em administração, baseadas nessa concepção,

entendem a empresa como um lugar de reprodução da cultura dominante e da sociedade dividida em classes – espaço para o exercício hegemônico da classe dominante – o que contribui para a estabilidade social. Seus estudos deixam evidentes, de forma crítica, tais relações, propondo alternativas libertadoras.

Categorias Analíticas	Materialismo histórico-dialético
Critérios de Cientificidade	<ul style="list-style-type: none"> validade científica fundamentada na lógica interna do processo de análise/síntese, com base no referencial teórico, visando compreender a relação do todo com as partes - totalidade; método dialético que aborda o fenômeno em suas contradições (luta de contrários) numa perspectiva histórica e dinâmica; visa compreender a essência dos fenômenos pelas contradições internas e relações com os contextos sociais, econômicos e políticos; ciência como meio de levar do empírico ao real e ao concreto, através do abstrato - submissão das experiências empíricas (condições materiais) ao critério da teoria – concreto pensado;
Relação sujeito-objeto	<ul style="list-style-type: none"> relação sujeito-objeto dinâmica, em que no processo do conhecimento, essa relação se entende; parte de uma construção tendo como ponto de partida relatos de experiências, dados, textos, documentos ou discursos, como representações iniciais da ação/fazer (experiência elaborada), os quais se estendem para expressar a totalidade complexa; construção do objeto se realiza recuperando os nexos, num duplo movimento em direção: aos contextos em que se situam os fenômenos estudados; aos pressupostos ou matriz filosófica que fundamenta o discurso, o texto, a experiência elaborada, etc.
Concepção de história	<ul style="list-style-type: none"> movimento da sociedade como um todo, orientado pelo movimento da base material/econômica, mediada pela luta de classes; envolve elementos orgânicos e conjuntuais (bloco histórico), contendo contradições que, quando superadas, geram um novo bloco histórico; reconstrução desses movimentos permite explicar o desenvolvimento das forças produtivas e das formações sociais (o movimento da história é a história dos movimentos); luta de classes que configura o movimento histórico, continuada através do processo educativo;
Concepção de homem	<ul style="list-style-type: none"> homem como ser social, indivíduo inserido no conjunto das relações sociais, com interioridade psicológica mas projetado para fora; depende da formação social na qual se situa e da correlação de forças existentes, pode se tornar: força de trabalho, mão de obra, especialista, capital humano, sujeito capaz de transformar a realidade, ator e criador da história etc. embora histórica e socialmente determinado é capaz de tomar consciência de seu papel histórico, educar-se pelas ações políticas e libertar-se pela prática revolucionária; agente ativo, capaz de participar, falar, criar, assumir seus projetos num contexto histórico-social, ser transformador da natureza através do trabalho criador e construtor do ambiente social no qual vive.
Concepção de realidade	<ul style="list-style-type: none"> totalidade, concreticidade e visão de mundo; concebe a realidade como um todo complexo, dinâmico e contraditório; referido à sociedade, esse todo se estrutura num modo de produção em movimento devido a correlação de forças existentes que podem mudar e ser mudados pela ação transformadora dos homens; circunstâncias reais, sociais, econômicas e culturais em que vive o grupo humano ou a comunidade objeto de estudo; realidade também refere-se a concepção unitária coerente e organizada do mundo que o homem constrói na sua relação com a natureza e com os outros homens.

Fonte: Adaptado de Gamboa (1987).

Gamboa (1997), destaca que as pesquisas histórico-dialéticas questionam a visão estática da realidade adotada nas abordagens convencionais, e que ainda:

Sua postura marcadamente crítica expressa a pretensão de desvendarmos, mais que o 'conflito de interpretações', o conflito dos interesses. Essas pesquisas manifestam um 'interesse transformador' das situações ou fenômenos estudados, resgatando sua dimensão sempre histórica e desvendando suas possibilidades de mudança. As propostas nelas contidas se caracterizam por destacar o dinamismo da práxis transformadora dos homens como agentes históricos. Para isso, além da formação da consciência e da resistência espontânea dos sujeitos históricos nas situações de conflito, propõem a participação ativa na organização social e na ação política (GAMBOA 1997, p. 97).

Como diz Santana,

“em essência, o objetivo do materialismo histórico está associado ao fato de compreender a realidade com o fim de transformá-la” (SANTANA, 2008, p. 28).

O propósito final do materialismo dialético é transformar a realidade através da interferência tanto da pesquisa quanto do pesquisador nesta.

De acordo com Frigotto (2004, p. 87), o procedimento prático-metodológico do método

dialético não é uma tarefa fácil, pois exige do investigador sucessivas rupturas, simbolizadas através de “aproximações sucessivas da verdade que, por ser histórica, sempre é relativa”. O autor, ao construir a sua conclusão a respeito dos procedimentos metodológicos estabelecidos pelo materialismo dialético, apresenta cinco etapas fundamentalmente importantes no processo dialético, sobretudo na área da pesquisa educacional: i) ao se iniciar uma pesquisa, o pesquisador tem em mãos não um problema específico, mas sim, uma problemática, ou seja, uma situação que precisa ser investigada, assim o pesquisador já tem algum conhecimento prévio da situação – essas condições já existentes fazem com que o pesquisador não chegue intelectualmente vazio em relação à problemática a ser estudada; ii) o pesquisador primeiramente deverá efetuar um resgate crítico da produção científica já efetivada sobre a problemática escolhida para estudo, tendo assim, o controle da pesquisa, estruturando as questões e a análise tanto dos fatos quanto dos documentos – o alvo desse momento é fazer um inventário teórico orientado em direção aos propósitos estabelecidos anteriormente pelo pesquisador, para posteriormente serem criticados conforme os propósitos do trabalho, esse momento seria a coleta de material para análise, importantíssimo para a construção da fundamentação teórica; iii) após um levantamento seletivo das teorias estudadas, o pesquisador precisa definir os métodos utilizados para a organização, análise e interpretação desse material – é o momento de criticar e discutir com os teóricos apresentados no início da pesquisa, desse movimento investigativo surgirão novas derivações sobre a problemática em questão; vi) no processo de análise dos dados pelo pesquisador surgirão as conexões, mediações e contradições dos fatos que constituem a problemática pesquisada – a partir de então será superada aquela percepção imediata e primeira sobre a problemática da pesquisa, dessa forma o pesquisador fará as múltiplas relações entre a parte estudada e a totalidade (a realidade social), visto que é na análise que acontece o processo interacional das partes com o todo para que este seja criado e recriado a partir das suas inter-relações; v) finalmente, o pesquisador deverá estabelecer a síntese da investigação como resultado da elaboração efetivada durante o seu processo de pesquisa – consistirá nas exposições orgânicas, coerentes, concisas das “múltiplas determinações”, que explicam a problemática investigada.

Atualmente, acentua-se a força analítica das teorias críticas, denunciando as desigualdades subjacentes à realidade da sociedade capitalista. Nesse sentido, Kopyn apud Gamboa (1987, p. 9) destaca:

Ninguém duvida de que a ciência é capaz de servir ao homem, mas, ao mesmo tempo de que é um fato o uso de seus resultados em detrimento da humanidade. Daí um grande problema social:

orientar a revolução técnico-científica em benefício do desenvolvimento da civilização, aprender a dirigir o movimento do pensamento científico segundo os interesses do homem.

Destaca-se que a abordagem materialista dialética entende que a realidade é produzida historicamente, pois o homem necessita produzir sua existência continuamente, sendo isso mesmo o que o caracteriza. Diferentemente dos animais que, por se adaptarem a natureza, tem por ela suas condições de existência asseguradas, o homem “ser natural que se destaca na natureza” (SAVIANI, 2000, p. 109), para garantir sua existência, entra em contradição com a natureza, transformando-a. Isso é o “trabalho”, que define a essência da realidade humana, pois como coloca Saviani “é através dele que o homem age sobre a natureza, ajustando-a as suas necessidades” (idem).

Dessa forma, para a abordagem materialista dialética, o chamado desenvolvimento histórico é o “processo através do qual o homem produz a sua existência no tempo” e, juntamente com o trabalho, o homem constrói o mundo histórico, a cultura. Durante muito tempo (relações primitivas e feudais) o trabalho era a modalidade principal através da qual o homem se educava. Quando os meios de produção “passam a assumir a forma de capital” (sociedade capitalista), desloca-se o eixo do processo produtivo do campo para a cidade e da agricultura para a indústria, perfazendo um avanço sem precedentes das forças produtivas, com as relações de produção baseadas na propriedade privada e, portanto, na oposição de classes, bem como o conseqüente acirramento da contradição entre elas (SAVIANI, 2000).

Portanto o “trabalho” caracteriza-se como categoria central de análise da materialidade histórica dos homens, pois se constitui na forma mais simples, mais objetiva de organização em sociedade, sendo as relações sociais de produção a base das relações sociais, as formas organizativas do trabalho. Porém, como na sociedade capitalista o trabalho é explorado, determina, dessa forma, um processo de alienação. Assim,

“se o trabalho, como atividade essencial e vital traz a possibilidade de realização plena do homem enquanto tal (humanização), a exploração do trabalho determina um processo inverso, de alienação” (PIRES, 1997, p. 87).

Conclui-se, pelas lentes do materialismo histórico-dialético que, muito ao contrário do que afirmava o positivismo, o pesquisador está marcado pela realidade social, onde toda observação é embasada por uma teoria e o seu texto não escapa a uma posição no contexto político, assim como a objetividade está delimitada pelo comprometimento do sujeito com sua realidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Duas possibilidades parecem emergir dos pressupostos em que se baseiam e validam as visões de mundo representadas pelas abordagens convencionais e não-convencionais. A primeira traz em seu bojo uma visão “estática” e determinista do fenômeno humano, favorecendo aos interesses capitalistas, os quais prevêem relações harmônicas no seio das organizações, possíveis de serem previstas e controladas. A segunda, particularmente o materialismo histórico, aborda a realidade de forma crítica e reflexiva, perfazendo a possibilidade de uma ciência que

“reconquiste sua dimensão de auto-reflexão e de capacidade de pensar sua inserção na sociedade (...) determinada pelas condições históricas do desenvolvimento do gênero humano” (GAMBOA, 1987, p.7).

O presente artigo, ao efetuar uma socialização a respeito das principais concepções epistemológicas que permeiam os estudos organizacionais, apontadas por Martins (1994) e Gamboa (1987), vêm reforçar a importância de se efetuar uma vigilância epistemológica, que auxilie na busca pelo entendimento sobre quais são as formas de elaboração do conhecimento utilizadas na busca por respostas às necessidades humanas e, até mesmo, pela problematização dessas questões, como também pelos desdobramentos ideológicos provenientes das concepções de ciência implícitas nesses estudos.

Destarte, considera-se também a importância de analisar e expor alguns aspectos sobre os pontos que norteiam o momento de profundas transformações que vive o conhecimento, a pesquisa e o ensino na área de Administração. Momento em que se faz imperativo discutir seu papel de relevância, seus métodos e objetos de ensino e pesquisa. Acredita-se que se torna válido, buscar refletir sobre a natureza da pesquisa científica e de como o saber é construído nas ciências sociais, especificamente, na Administração.

Deste modo, este conciso trabalho, pode ser tomado como ponto de partida na busca por um aprofundamento das questões levantadas, pois não sendo conclusivo, visa promover o ensino a

discussões e ao aprofundamento teórico/metodológico.

REFERÊNCIAS

- BOCK, A. M. B. Aventuras do Barão de Munchausen na psicologia. São Paulo: Cortez, 1999.
- BORGES, M. C.; DALBERIO, O. Aspectos metodológicos e filosóficos que orientam as pesquisas em educação. Revista Iberoamericana de Educación, Edita: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI), n.º 43/5, jul/2007.
- CASTRO, A. M.; DIAS, E. F. (org). Introdução ao pensamento sociológico. 9 ed. São Paulo: Editora Moraes, 1992.
- COMTE, A. Curso de filosofia positiva. In: Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- DEMO, P. Introdução à Metodologia da Ciência. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica da pesquisa educacional. In: Fazenda, I. (org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2004. p. 71-90.
- GAMBOA, S. A. S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: Fazenda, I. (org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1997, p. 91-116.
- _____, S. A. S. Epistemologia da Pesquisa em Educação, Campinas, Unicamp. Tese de doutorado em Educação, 1987.
- MARTINS, G. A. Epistemologia da pesquisa em administração. Trabalho apresentado na XXXI Asamblea Anual CLADEA Reunión do Conselho Latino-Americano de Escolas de Administração, Santiago, Chile - Setembro, 1996.
- _____, G. A. Metodologias convencionais e não-convencionais e a pesquisa em administração. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, V. 00, n. 0, 2 Sem./1994.
- MASINI, E. F. S. Enfoque fenomenológico de pesquisa em educação. In: FAZENDA, I. (org.). Metodologia da pesquisa educacional. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MERLEAU-PONTY, R. Fenomenologia da percepção. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PIRES, M. F. C. O Materialismo histórico-dialético e a Educação. Revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v. 1, n. 1, p. 83-92, ago. 1997.
- SANTANA, P. E. A. Uma Breve Análise Didática dos Métodos Científicos Positivismo, Materialismo Histórico e Fenomenologia. Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, v. 13, n. 1, p. 25-35, jan./jun. 2008.
- SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas SP: Autores Associados, 2000.
- SERVA, M.; DIAS, T.; ALPERSTEDT, G. D. Paradigma da complexidade e teoria das organizações: uma reflexão epistemológica. Revista RAE, v. 50, n. 3, p. 276-287, jul/set. 2010.
- TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.